



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124238 - MG (2020/0041405-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : CHARLES VILAR DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE CARVALHO BORGES - MG185230
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. SUFICIÊNCIA, NA ESPÉCIE. QUANTIDADE NÃO EXPRESSIVA DE DROGA APREENDIDA (**2,3G DE COCAÍNA**). LIMINAR CONFIRMADA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CHARLES VILAR DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.20.005939-2/000.

O Recorrente foi preso em flagrante no dia 19/01/2020 (convertido o flagrante em prisão preventiva na mesma data) pela prática, em tese, do delito previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, pois, no interior do veículo por ele conduzido, foram encontradas 3 unidades de papérolas de cocaína (fl. 26) que, consoante o laudo acostado aos autos, correspondem a **2,3g (dois gramas e três decigramas) de cocaína** (fl. 35).

A Defesa impetrou prévio *writ*, pugnando pela revogação da custódia preventiva, cuja ordem foi denegada (fls. 77-92).

No presente recurso, o Recorrente sustenta: **a)** a ilegalidade da prisão em flagrante, aduzindo que a polícia militar teria realizado busca e apreensão em seu domicílio, em horário noturno, e sem ordem judicial, razão pela qual, impõe-se a concessão da liberdade provisória; **b)** a ausência dos requisitos para a decretação da prisão preventiva; e **c)** a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a "*revogação da prisão preventiva, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão*" (fl. 111).

A liminar foi deferida às fls. 172-174.

As informações foram prestadas às fls. 190-192.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 197-199).

É o relatório. Decido.

Consta dos autos que o Juízo de primeira instância – referendado pelo Colegiado estadual – converteu a prisão em flagrante do Recorrente em preventiva com base na seguinte fundamentação (fls. 37-38):

"Para a decretação da prisão preventiva faz-se necessário, ainda, o preenchimento de um dos requisitos previstos no art. 313 do Código de Processo Penal.

No caso, a pena máxima cominada aos delitos é superior a quatro anos, restando preenchido o requisito do art. 313, incisos I, do Código de Processo Penal. Ademais, conforme CAC juntada, verifica-se que o autuado foi preso em flagrante recentemente, muito provavelmente em gozo de liberdade provisória e se viu novamente envolvido em atividade criminosa. Nota-se que os Policiais Militares já conheciam o flagranteado pela prática de tráfico de drogas.

Por fim, com relação aos fundamentos contidos no art. 312 do CPP, a decretação da prisão revela-se imprescindível para a garantia da ordem pública. Isto porque, o delito de tráfico de drogas, embora não tenha vítima determinada, possui extrema gravidade. Seu poder de disseminação facilita o uso de substâncias entorpecentes que, dada a dependência causada, favorece a prática de delitos outros.

Outrossim, em se tratando da natureza do delito cometido, sendo as provas dos autos suficientes para se extrair a materialidade e fortes indícios da autoria, precipuamente ante a confissão do conduzido quanto à propriedade dos entorpecentes, patente é a necessidade de se assegurar a ordem pública e a tranquilidade social."

Como é cediço, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os **princípios da excepcionalidade** (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), **provisionalidade** (art. 316 do CPP) e **proporcionalidade** (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), **a prisão preventiva** há de ser medida **necessária e adequada** aos propósitos cautelares a que serve, **não devendo ser decretada ou mantida** caso **intervenções estatais menos invasivas** à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, **mostrem-se, por si sós, suficientes** ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

Na hipótese, como visto no trecho acima transcrito, o Magistrado singular fez menção a possível hipótese de reiteração delitiva, assinalando que *"o autuado foi preso em flagrante recentemente, muito provavelmente em gozo de liberdade provisória"*. Contudo, considerando a **excepcionalidade da prisão preventiva**, entendo que as circunstâncias da prática delitiva – notadamente a inexpressiva quantidade da droga apreendida – **2,3g de cocaína** (fl. 35) – não são capazes de evidenciar a necessidade de segregação processual.

Sobre a questão:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. NÃO EXPRESSIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. PROPORCIONALIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. Na espécie, a despeito de o decreto prisional não ser desprovido de motivação, já que destaca a reiteração delitiva do paciente, mostra-se suficiente a imposição de medidas outras que não a prisão, sobretudo porque não se trata da apreensão de elevada quantidade de entorpecente, mas sim de 2,6g de cocaína.

3. As particularidades do caso demonstram a suficiência, adequação e proporcionalidade da imposição das medidas menos severas previstas no art. 319, em atenção ao preceito de progressividade das cautelas disposto no art. 282, §§ 4º e 6º, todos do Código de Processo Penal, em razão da quantidade não expressiva de droga apreendida e de o delito não ter sido cometido mediante emprego de violência ou grave ameaça.

4. Constatada a identidade fático-processual entre o paciente e o corréu, é de se deferir a pretendida extensão do benefício ora concedido.

5. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas a serem fixadas pelo Juiz singular. Deferida a extensão dos benefícios dessa decisão ao corréu." (HC 549.228/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. DESPROPORCIONALIDADE DA CONSTRIÇÃO. **MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA.** COAÇÃO ILEGAL DEMONSTRADA. PARECER ACOLHIDO.

[...]

3. Embora as instâncias ordinárias tenham mencionado a quantidade de drogas e o risco de reiteração delitiva do paciente, nota-se que os elementos relacionados ao fato - apreensão de 16,4 g de crack e 8,5 g de cocaína - são indicativos de que não se trata de pessoa envolvida com organização criminosa nem de tráfico de grandes proporções, portanto, as medidas alternativas à prisão são adequadas e suficientes.

4. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva imposta ao paciente pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, salvo se por outro motivo estiver preso e sob o compromisso de comparecimento aos atos do processo, cabendo ao Magistrado de primeiro grau o estabelecimento das condições" (HC 555.175/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 02/03/2020; sem grifos no original.)

Nesse mesmo sentido manifestou-se o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, *in verbis* (fl. 199; sem grifos no original):

"Há eiva, segundo hodierna jurisprudência pátria, por carecer a prisão preventiva de fundamentação idônea, tendo sido mantida apenas ante materialidade e autoria delitivas sem apresentação de maiores dados concretos, **não se podendo afirmar nada acerca da quantidade de droga apreendida (2,3g de cocaína, em três invólucros)**, a justificar in casu a revogação da segregação cautelar nos termos da liminar deferida, com **imposição de medidas cautelares previstas no artigo 319 CPP.**"

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus* para, confirmando a liminar, substituir a prisão preventiva do Recorrente, se por *al* não estiver preso, por medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do Código de Processo Penal), a serem definidas pelo Juízo processante, ressaltando-se, ainda, a possibilidade de decretação de nova prisão, por decisão fundamentada, se demonstrada concretamente sua necessidade.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora